

Espaços Públicos Multiculturais nos Institutos Federais: entre Culturas e Identidades

Espacios Públicos Multiculturales en los Institutos Federales: entre Culturas e Identidades

Multicultural Public Spaces in Federal Institutes: between Cultures and Identities

Arthur Breno Stürmer

Instituto Federal de Alagoas, *Campus* Palmeira dos Índios.
Avenida das Alagoas - Palmeira de Fora 57601220 - Palmeira dos Índios, AL - Brasil
E-mail: arthur.sturmer@gmail.com

Recebido: 19 de setembro de 2017 Aceito: 14 de novembro de 2017
Disponível on-line em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/pgeografica>

Resumo: As relações entre currículo, cultura e identidade podem configurar espaços multiculturais que, se não forem valorizados como opções e alternativas para aproximar a teoria da prática ou o plano da política em direção à realidade concreta, das práticas e ações cotidianas, tornam-se banais e potencialmente aptos a facilitar conflitos. Os Institutos Federais, em especial, lidam com uma cultura técnica e tecnológica que não dispensam serem problematizadas no mundo contemporâneo, pois produzem valores, alimentam representações, orientam comportamentos e ajudam a formar uma visão própria da sociedade. Este artigo traz o resultado de pesquisa bibliográfica, discutindo-o com o foco no Instituto Federal Farroupilha, com o objetivo de alertar para a dimensão simbólica e cultural presente em documentos contratuais – currículos, projetos pedagógicos – que ensinam a participação democrática na construção das identidades. Propõem-se a criação de espaços públicos multiculturais como resposta à necessária promoção do desenvolvimento cultural de grupos e pessoas. Conclui-se que os Institutos Federais têm importante papel com relação à cultura, ao acumularem um potencial de transformação cultural, mas é preciso vislumbrar o conteúdo cultural em suas ações e se reconhecer como produtor de um campo de ação cultural.

Palavras-chave: Cultura; Educação; Currículo; Espaço; Identidades.

Resumen: Las relaciones entre currículum, cultura e identidad pueden configurar espacios multiculturales que, si no se valoran como opciones y alternativas para aproximar la teoría de la práctica o el plano de la política hacia la realidad concreta, de las prácticas y acciones cotidianas, se vuelven banales y potencialmente aptos para facilitar conflictos. Los Institutos Federales, en particular, tratan con una cultura técnica y tecnológica que no dispensan ser problematizadas en el mundo contemporáneo, pues producen valores, alimentan representaciones, orientan comportamientos y ayudan a formar una visión propia de la sociedad. Este artículo trae el resultado de investigación bibliográfica, discutiéndolo con el foco en el *Instituto Federal Farroupilha*, con el objetivo de alertar para la dimensión simbólica y cultural presente en documentos contractuales - currículum, proyectos pedagógicos - que dan la participación democrática en la construcción de las identidades. Se propone la creación de espacios públicos multiculturales como respuesta a la necesaria promoción del desarrollo cultural de grupos y personas. Se concluye que los Institutos Federales tienen un papel importante en relación a la cultura, al acumular un potencial de transformación cultural, pero hay que vislumbrar el contenido cultural en sus acciones y reconocerse como productor de un campo de acción cultural.

Palabras clave: Cultura; Educación; Currículum; Identidad.

Abstract: The relationships between curricula, culture and identity can configure multicultural spaces, are not evaluated as options and alternatives to bring theory of practice or the policy plan

toward concrete reality, everyday practices and actions, become banal and potentially able to facilitate conflict. Federal Institutes, in particular, deal with a technical and technological culture that is not available to solve problems in the contemporary world, as they produce values, nurture representations, guide behaviors and help form a general view of society. This article brings the result of a bibliographical research, discussing it with the focus on *Instituto Federal Farroupilha*, with the objective of alert to a symbolic and cultural dimension present in contractual documents - curricula, pedagogical projects - that lead to democratic participation in the construction of identities. The creation of multicultural public spaces is proposed as a response to the promotion of the cultural development of groups and individuals. It is concluded that the Federal Institutes play an important role in relation to culture, as they accumulate a potential for cultural transformation, but it is necessary to glimpse the cultural content in their actions and recognize yourself as producer of a field of cultural action.

Key words: Culture; Education; Curricula; Space; Identities.

Introdução

Este artigo traz reflexões sobre a cultura e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), tendo-se como pressuposto que toda organização que trabalha com educação também lida com significados, valores, hábitos e tradições compartilhados por grupos. Isto é, trabalha com cultura(s). Isso pode ser compreendido quando se observa o currículo escolar, os projetos escolares (de ensino, pesquisa, extensão), suas intencionalidades e a política educacional que está em plano de fundo.

Mesmo que não pareça, nas escolas¹ nutre-se uma política cultural que envolve a todos, e seus instrumentos são o projeto pedagógico, de um lado, e de outro as práticas/ações cotidianas. Entre eles também há o currículo oficial, seja como documento físico e seja a sua efetiva execução ou os desvios a ele. Lembrando que os currículos escolares fazem parte de nossa cultura – um modo de se fazer cultura –, ele não pode ser neutro, sob pena de ocultar conflitos, contradições e diferenças presentes na sociedade sem equacioná-los ou lhes dar soluções. O currículo é, ainda, a forma pela qual se expressam os resultados esperados da educação escolar. Sendo fruto da cultura escolar, os currículos são “campos de produção ativa de cultura quanto campos contestados. (...) terreno de produção e criação simbólica, cultural” (SILVA, 1996, p. 88-89).

Os Institutos e a Cultura

A educação nos Institutos Federais (IFs), como qualquer outra, integra e age sobre processos de produção e criação de sentidos, significações e *sujeitos*. Por ter caráter *científico* e *tecnológico*, seu agir não se desvincula do caráter mais amplo do conjunto de atividades de formação *básica*, técnica e profissional. Pelo contrário, está implicada em processos que influenciam diretamente a vida acadêmica e da comunidade local.

Isso acontece desde antes do ingresso dos futuros alunos e depois é vivenciada por estes e professada pelos servidores dos IFs. Transmite-se e compartilha-se com a população, comunidades e famílias *um entendimento acerca da educação, ciência e tecnologia* que os IFs querem promover e desenvolver, bem como a noção de que pertencem a uma mesma comunidade na qual se entrecruzam – e coincidem – valores, significados, representações, sentimentos, anseios e motivações.

Sacristán (2007, p. 17) chama a atenção para a importância da cultura em tempos de globalização, quando se formam *comunidades de conhecimento e sentimento* virtuais, invisíveis, colocando-nos “ligados uns aos outros pelo conhecimento – e mesmo pelo desconhecimento – pelos sentimentos e a simpatia, o rechaço à barbárie e aos ‘inimigos’ que nos ameaçam”. Criam-se proximidades, compartilhamentos, experiências além do

contexto e circunstâncias locais ou círculo de pessoas com as quais mantemos laços diretos.

De outro lado, a cultura é motivo para mal-estares, conflitos, sentimento de superioridade, justificativas e preparo de ações, bem como para marginalização por motivos de diferenças culturais. “Fica claro que a cultura é campo de litígio e desculpas para brigar”, especialmente em “um mundo globalizado no qual se produzem aproximações, afastamentos da cultura, mas onde também se aproximam os contrastes e os motivos para os enfrentamentos que são consequência das desigualdades.” (id., *ibid.*, p. 18-19).

Deste modo, a ciência e a tecnologia – centrais para a cultura ocidental – por si só não garantem o bem-estar e nem caminham sempre na direção do que consideramos desenvolvimento. A forma como os indivíduos participam da sociedade, como assimilam de modo particular a cultura, suas ideias, valores, forma de ser e viver, suas representações, entendimentos e autoimagem podem ser tematizadas na educação feita pelos Institutos Federais para alcançar níveis melhores de desenvolvimento com qualidade de vida e bem-estar.

O melhor lugar para se aprender como bem usar a técnica e a tecnologia, e ainda qual deve ser o papel da ciência para o desenvolvimento humano, bem como as finalidades que podem ser atribuídas ao trabalho e às novas profissões é no mesmo lugar onde se ensina – e aprende. Se vivemos em um mundo globalizado e em rede, o que podemos e queremos fazer circular nessa rede: nossa representação de ciência com um fim em si mesma ou aquela que visa o bem-estar de todos?. As pesquisas e “descobertas” científicas, as patentes e produtos como legítimos bens comuns, coletivos, ou bens que serão apropriados e ganharão caráter mercantil? A técnica em uma perspectiva de mercado ou como mote para intercâmbios culturais de novo tipo e dirigidas à emancipação das pessoas, grupos e comunidades? Tecnologia para dominação – técnica e ciência como “ideologia” (HABERMAS, 1987) – ou para a libertação dos povos?. Progresso técnico e científico para a guerra (contra o terrorismo, ditaduras do mundo árabe, socialismo latino-americano, movimentos de camponeses) ou para a efetivação dos direitos humanos em escala global?

Se admitirmos a existência de representações sobre a ciência e tecnologia que moldam nossos comportamentos e discursos, fica evidente a premência em se aclarar o porquê de determinados segmentos da juventude de hoje optarem e acessarem a educação profissional e tecnológica, e outros não.

Cultura/s no Currículo, Identidades e Minicontrato

Inicialmente, considera-se que não existe *uma* cultura da sociedade que seja unitária, homogênea, aceita e praticada universalmente – antes a cultura no plural (CERTEAU, 2005), isto é: a cultura é vista como *um campo e terreno de luta* presente no currículo educacional (MOREIRA e SILVA, 1997), aqui compreendido mais que o conjunto de conhecimentos e saberes, às vezes *ocultos* (ENGUITA, 1989), pois que inclui *outras construções sociais* definidoras dos “papéis [das diferentes classes sociais] nas relações sociais mais amplas” (SILVA, 2001, p. 148). Por exemplo, as normativas internas das instituições que funcionam como verdadeiros *documentos de identidade* (id., *ibid.*) e vigoram aos moldes de um contrato enunciativo².

Como documento de identidade, o currículo, na sua densidade, forja identidades – um perfil de saída do egresso, por exemplo – que os projetos pedagógicos procuram tornar real, efetivo. Essa busca exige a contratualidade em série, materializada na forma de “políticas de...” (inclusão, assistência estudantil e outras) e “políticas para...” (indígenas, negros, LGBT, diversidade e outras) que subsidiam discursos e auxiliam na orientação e condução – às vezes “ajuste” – das práticas.

Sendo o currículo uma construção social, invenção social e resultado de um processo histórico que envolve processos de disputa e conflito social (id., *ibid.*, p. 148), é inegável sua importância enquanto *artefato social e cultural* inscrito “na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual” (id., 1996, p. 83).

O currículo, ainda, tem como suporte e complemento os inúmeros minicontratos entre as instituições educacionais e suas comunidades local e acadêmica, na forma de documentos com fins de orientação, planejamento e gestão. O minicontrato é uma versão inspirada na ideia do contrato social moderno, que, segundo Boaventura de Sousa Santos (1999) não dá conta da dinâmica de exclusão e inclusão, deixando muitos à margem e na expectativa de serem incluídos. Seria necessário reconfigurar e reconstruir o espaço-tempo da participação e deliberação democrática, dotando-o, resumidamente, das seguintes características: ser mais inclusivo; conflitual; compreender além do espaço-tempo nacional estatal, o local, regional e global; e ser cosmopolita, sem sede própria ou materialidade institucional específica.

Portanto, esses materiais veiculadores de significados, visões e representações parciais; interessados, comprometidos e legitimadores de determinada ordem social são artefatos culturais afinados com o espaço em que são produzidos e utilizados. Em que se considere “o espaço educativo como um *locus* importante da luta e construção da democracia substantiva” (FRIGOTTO, 1996, p. 34), sua atualização pode se dar a partir do reconhecimento das novas formas de sociabilidade, interação, participação, bem como das culturas, identidades e territorialidades.

Assim, espera-se que, nos espaços educativos, se repense o valor e a maneira como esses minicontratos foram elaborados, revisados, implementados, alguns arquivados e outros depositados na rede (*web*) – em páginas de sites e redes sociais que já cumprem a função de comunicar oficialmente –, o que nos leva a perguntar qual é o papel atribuído hoje à técnica e à tecnologia; se tal mediação direciona-se a um público específico ou a todos os públicos, sem distinção; se estão a serviço, ou quase, ou a caminho, da(s) comunidade(s), que é(são) parte interessada(s) nos minicontratos expedidos corriqueiramente em muitas instituições educacionais.

Olhando a Cultura “de Perto” nos Institutos Federais

A relação que os Institutos Federais (IFs) mantêm com a comunidade local não está isenta de uma troca intensa de valores e representações, símbolos e significados, percepção das coisas e visões de mundo. Pode haver questionamentos, choques, conflitos, disputas e até acordos consensuais em função destes elementos propriamente culturais.

Pode-se separar apenas teoricamente a educação da política, economia, desenvolvimento e cultura. Os aspectos culturais, em especial, estão diretamente implicados no tipo e qualidade das relações desde o primeiro contato do estudante com o IF, na escolha do curso, na aula inaugural, pela palavra falada, em gestos, entonação e sotaque que exibir em sala de aula até nos comportamentos, hábitos, costumes, forma de vestir e de participar em reuniões, conselhos, grêmios e associações. Assim acontece também na interação do IF com os pais, responsáveis e outros representantes da comunidade.

Sucedem, de qualquer modo, um entrecruzamento de culturas que influenciam – embora possam se fazer ausentes – nos documentos produzidos coletivamente e de cuja elaboração participou o público interno e externo. Os minicontratos, celebrados à luz de um entendimento mínimo acerca do que seja a cultura, mesmo que implícitos, revelam afinidades de (des)propósitos educacionais, (des)apreço à diversidade, (in)compreensões quanto aos gêneros, povos, raças, etnias, dentre outros.

Com os estudantes dos IFs sendo comumente oriundos de municípios e estados distantes, com referenciais culturais e identitários variados, supõem-se a criação de um campo de relações favorável à hibridização de culturas. Estudantes de diferentes idades, vindos do campo e da cidade, de municípios pequenos e médios, uns distantes, outros vizinhos ao campus, se encontrarão dividindo o mesmo espaço, compartilhando das mesmas experiências, e ali (re)construindo suas identidades, vivenciando os IFs ao seu modo ou flexibilizando-o, com suas marcas, diferenças, necessidades, diversidades e propensão às territorialidades.

Em se tomando como exemplo o Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que possui seus campi situados nas regiões Estado do Rio Grande do Sul mais ligadas à colonização europeia e ao tradicionalismo gaúcho – abrangendo o oeste, noroeste e incluindo parte da campanha –, registra grande número de estudantes na condição de migrantes da zona rural. A oferta de cursos ligados à Agropecuária, Agroindústria, Alimentos, Produção de Grãos e outros relacionados às Ciências Rurais, atraem um público que irá vivenciar um estilo de vida urbano, às vezes em regime de internato. Esse estilo ganha relevo em contraste com a presença de estudantes da cidade interessados em Informática, Redes, Gestão Pública, Gastronomia, Turismo Administração e outros.

Canclini (2008), ao relacionar o urbano à hibridização de culturas ocorrida na América Latina ao longo do século XX, recorda um processo que se repete ainda hoje:

Passamos de sociedades dispersas em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais, locais e homogêneas, em algumas regiões com fortes raízes indígenas, com pouca comunicação com o resto de cada nação, a uma trama majoritariamente urbana, em que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea, renovada por uma constante interação do local com redes nacionais e transnacionais de comunicação (CANCLINI, 2008, p. 285).

Esse processo é observável também ao nível dos órgãos/instituições da natureza dos Institutos Federais e confirma a relação local-global como definidora de um espaço de trocas/intercâmbios entre culturais locais, homogêneas, com as culturas urbanas, heterogêneas.

Onde Canclini (2008, p. 286) encontrou “estruturas microssociais da urbanidade” em dissolução devido à burocratização e ‘mídiação’, visualizo-as como possibilidade dentro dos Institutos Federais (IFs). Nascidos em rede e inteiramente conectados, estão inseridos nas redes sociais, carregam um peso burocrático significativo, são adeptos da mídiação e procuram se internacionalizar³.

Somado a isso, a expansão da Rede Federal e a respectiva política de interiorização coloca muitos IFs na condição de verdadeiras “ilhas” de ensino público e gratuito distribuídos por todo o país e atuando como centros produtores de conhecimento, de onde irradiam ações de pesquisa e extensão. Decorre que a criação do espaço acadêmico com características culturais potencialmente conflitantes fornece material para se pensar a cultura nos IFs e assegurar espaços públicos onde se preservem culturas, saberes e populações locais ameaçados, reprimidos, enfraquecidos, violentados, aculturados, dizimados, desterritorializados ou em vias de extinção.

A Cultura em um Espaço multicultural IFiano

Admitindo-se o entrecruzamento de culturas nos Institutos Federais (IFs) e o espaço acadêmico como arena da construção social das identidades, vamos tentar entendê-las a partir de três tipos de identidade e de uma concepção multicultural de espaço.

Antes, porém, convém notar que é comum o estudante sentir-se forçado a adotar logomarcas institucionais, identidades visuais e símbolos dos IFs, ao mesmo tempo que vê

sua identidade à parte, porque é praxe a identidade institucional ganhar mais visibilidade que as demais identidades. Então a identidade predominante já está dada e visa impor-se às outras que convivem no mesmo espaço acadêmico.

Castells (2002) classifica as identidades (ou seus processos de construção em *contexto marcado por relações de poder*) em três tipos, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 – As três identidades na Sociedade em Rede

Tipo	Motor	Objetivo	Produtos	Resultado
Identidade legitimadora	Instituições dominantes da sociedade	Expandir e racionalizar a dominação das instituições sobre os atores sociais	Sociedade civil, nacionalismo	“Reprodução da identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural”
Identidade de resistência	Atores desvalorizados e/ou estigmatizados	Resistir e sobreviver com base em princípios diferentes daqueles das instituições dominantes	Comunas ou comunidades, tribos, “formas de resistência coletiva diante de uma opressão”, política de identidade	Identidades excluídas/ Excludentes
Identidade de projeto	Atores sociais ativos	Redefinir sua posição na sociedade e transformar a estrutura social	Sujeitos*, projeto de vida diferente, feminismo	Novas identidades

*Ator social coletivo pelo qual os indivíduos alcançam o significado holístico em sua experiência (CASTELLS, 2002, p. 26).

Org.: O AUTOR, baseado em Castells (id., *ibid.*, p. 24-26).

Castells (2002) vê uma sucessão entre as identidades, com a identidade de projeto originando-se a partir da identidade de resistência (comunal) e esta da identidade legitimadora. A de resistência, afirma, provavelmente é o tipo mais importante de construção de identidades na sociedade em rede, por ser uma identidade coletiva relevante “no processo de transformação social na sociedade em rede” (id., *ibid.*, p. 28).

Assim, é possível vislumbrar tais identidades no espaço acadêmico dos Institutos Federais (IFs) representadas, sucintamente e em ordem, pela:

a) *identidade institucional* (“IFiana”), no cotidiano dos IFs: nos uniformes/“fardas” que são “doados” aos estudantes de baixa renda, nas camisas de formandos, em papéis timbrados nas provas e exames, *folders* de divulgação de cursos e eventos, no linguajar técnico, na nomenclatura dos cursos, bem como nas cores e estrutura dos prédios e portais vistosos à entrada dos *campi*, que exibem sua identidade visual a título de marcadores identitários. Uma questão que se coloca é: como a identidade legitimadora posta em ação pelos IFs constrói as identidades⁴? Este modesto trabalho, porém, limita-se a apontar a importância da problemática das identidades em relação a um papel cultural nem sempre explícito.

b) *identidade de resistência*, observável quando se apura o olhar para perceber a diferença: vemos quem adentra aos IFs já excluído ou assim se constrói ao longo do curso escolhido – LGBTs, *emos*, *góticos*, indígenas, quilombolas, migrantes, assentados e outros, às vezes socialmente invisíveis. Há inúmeras distinções como a de estudantes do ensino integrado que buscam se dedicar às disciplinas técnicas para depois seguir na educação tecnológica (superior). Geralmente lhe recaem estigmas associados a sua opção de curso ou a sua baixa renda, entrando em contraste com o público que busca no ensino de público federal a educação básica (formação geral) em função da preparação para os vestibulares.

c) *identidade como projeto*, quando alguns estudantes levam adiante ideias/projetos alternativos, sustentáveis, enraizados em sua comunidade, ou quando adotam ideários feminista, libertário, multicultural, etc.

Em alguns casos, se poderia falar, com Carlson (2014, p. 17), em *identidades fracionárias* para designar “identidades parciais, temporárias e desprovidas de raízes”, que se desenvolvem em resposta às limitações do trabalho assalariado e da condição de ‘mero trabalhador’. Nessas identidades haveria “um sentido de identidade mais amplo, com uma política vagamente dissidente”, não podendo serem tomadas como simples estilo de vida ou passatempo, pois possuem uma trajetória mais profunda.

A existência, em tese, dessa pluralidade de identidades nos IFs não significa que espontaneamente surjam consensos, respeito às diferenças ou se estabeleça um clima democrático. (Não se pode mais cair na ilusão histórica da “democracia racial” no Brasil, esse “paraíso das raças” – ou das religiões, do “homem cordial”). Por isso a urgência em se pensar na criação de espaços multiculturais facilitadores e aceleradores de hibridizações.

O compartilhamento de espaços de convivência, cantinas, praças de alimentação, quadras de esporte, ginásios, bibliotecas, etc., estritamente histórico-institucionais podem não dar conta de estimular a progressiva interação entre os grupos de estudantes. Pelo contrário, fazem parte de rotinas disciplinares, podem fortalecer divisões e ainda erguer fronteiras “temáticas”, o que frequentemente redundando em problemas comuns às escolas, como *bullying*, difamação, agressões físicas, que se estendem às redes sociais e que podemos chamar genericamente de *conflitos* envolvendo disputa por poder – sobre significados, valores, representações, espaços, territórios e identidades.

A criação de espaços multiculturais responde à necessidade real de se promover o desenvolvimento cultural de grupos e pessoas em uma instituição educacional que, em meio a um contexto histórico de redução de espaços públicos, ainda guarda papel cultural relevante, especialmente quando se quer equacionar conflitos no campo cultural. Não se trata de proteger ou isolar pessoas e grupos, mas garantir seus direitos, a livre circulação, estimular a convivência, gerar bem-estar, enfim, valorizar as múltiplas expressões da diversidade.

Segundo Semprini (1999), o espaço público (e) multicultural se define em relação aos conflitos não mais em torno de recursos naturais, meios de produção, riquezas ou poder político tradicional, mas sobre a produção e distribuição dos significados e símbolos sociais. Afirma: “numa sociedade onde a informação [na era da informação], as riquezas materiais e a luta de classes, a questão dos conflitos é menos de controle do território ou do dinheiro do que da semiosfera e dos valores” (id., *ibid.*, p. 133).

O mesmo autor apresenta até quatro modelos de espaço multicultural, embora reconheça em todos eles o mérito de mostrarem as dificuldades em se conceber um espaço ‘autenticamente’ multicultural que atenda às reivindicações de reconhecimento e identidade dos diferentes grupos, ao mesmo tempo preservando a possibilidade de uma dimensão coletiva e de instituições igualitárias e democráticas (id., *ibid.*, p. 133).

De Novo, e Justificando, o Compromisso dos IFs com a Cultura

Os Institutos Federais (IFs) fazem parte de uma rede de educação profissional e tecnológica, são mantidos pelo Governo Federal e têm um papel a desempenhar com relação à cultura. À parte o formalismo desta visão, admite-se que há ao menos uma cultura escolar, que os estudantes trazem elementos de sua cultura – local, comunitária – para os IFs, e que neste também se produz cultura, podendo-se favorecer a mescla cultural em espaços públicos multiculturais.

Quanto se faz a leitura da cultura em um tipo de instituição cujo dia a dia é permeado pelo pensamento racional, o fazer burocrático e a competência técnica, encontramos apartados de muitos discursos correntes. Em verdade, nos IFs se fala bastante em ciência, tecnologia, mercado de trabalho e profissões, contudo, positivamente, vêm acumulando um potencial de transformação cultural sobre um território – o território-rede de seus *campi* – onde se pode acolher as resistências, dissidências, projetos, filosofias, atitudes e ser campo fértil para novas identidades.

Acredito que ao se explicitar o *conteúdo cultural das ações dos Institutos Federais* contribui-se para abrir portas ao debate sobre as mudanças necessárias na sociedade, como as que se observam em relação às ações afirmativas quando se fortalecem as diferenças, ao se discutir as relações de gênero promovendo a diversidade e quando se tematiza a respeito da acessibilidade.

Os IFs, por serem instituições de natureza educacional, trazem um compromisso nato com a cultura, a multiculturalidade e a implantação, estabelecimento e institucionalização de *espaços públicos multiculturais*. A novidade da criação, nos IFs, das Assessorias, Coordenações e Núcleos que tratam de temas como os mencionados acima revelam a aproximação com questões que confrontam as representações sociais que se têm em vários segmentos da sociedade a respeito da própria capacidade de atuação dessas “antigas escolas técnicas” brasileiras nesse campo.

Um Primeiro Passo para os IFs em Direção à Mudança...

Evidenciar a face mais humana das relações sociais que se dão no ambiente educacional, estimulando a produção de espaços mais inclusivos nos Institutos Federais (IFs), vai ao encontro de algumas finalidades da Educação Básica – desenvolvimento do educando; exercício da cidadania – e do Ensino Médio – “aprimoramento do educando como pessoa humana” (BRASIL, 1996, Lei nº 9.394/96, art. 22; art. 35, inciso III).

Não se trata de descaracterizar a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTec) secundarizando sua finalidade, mas fazer ressaltar pontos às vezes esquecidos nessa modalidade, qual seja, que a preparação para “o exercício de profissões técnicas” não substitui a “formação geral do educando” (BRASIL, 1996, Lei nº 9.394/96, art. 36-A), nem com ela entra em conflito.

Quer dizer, não se concebe o preparo para uma profissão técnica sem que se atenda, ainda que concomitantemente, à formação geral que frequentemente extrapola os conteúdos estritamente disciplinares, adentrando ao espaço (multi)cultural. Mas de que se trata esse *plus* na formação técnica e tecnológica, senão entender o que é cultura dentro de contextos e para assim conceber o venha a ser um espaço público multicultural?

Saber o que é Cultura

Então, o primeiro passo para se conceber espaços multiculturais é saber mais e problematizar sobre cultura. Não em relação a um padrão pré-definido ou níveis de cultura – alta e baixa cultura –, mas em termos de cotidiano, saberes, vivências e, indo além, cultura dentro de uma perspectiva social.

Segundo Williams (2007), a palavra *cultura* tem origem no latim e se refere ao ato de *habitar, cultivar, proteger e honrar* com veneração.

Muito embora haja registro de um rol extenso de significados, com frequência *cultura* remete às tradições, erudição, manifestação popular, culto religioso, folclore, identidade social, comunitária, étnica, hábitos e costumes de um povo, ideologia, produção artística, maneira de viver, etc.

Eagleton (2011), em *A ideia de cultura*, depara-se com uma falsa oposição entre natureza e a cultura, entendendo que cultura:

É uma noção 'realista', no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas tem também uma dimensão 'construtivista', já que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa. Assim, trata-se menos de uma questão de desconstruir a oposição entre cultura e natureza do que de reconhecer que o termo 'cultura' já é uma tal desconstrução. (EAGLETON, 2011, p. 11).

Canedo (2009) assevera ser possível compreender a cultura na atualidade através de três concepções fundamentais:

- a) o conjunto de significados e valores dos grupos humanos;
- b) as atividades artísticas e intelectuais com foco na produção, distribuição e consumo de bens e serviços que conformam o sistema da indústria cultural;
- c) instrumento para o desenvolvimento político e social, onde o campo da cultura se confunde com o campo social.

Preliminarmente se pode tomar o amálgama de duas dessas concepções de cultura como mais apropriadas ao contexto dos Institutos Federais (IFs): como significados e valores dos grupos humanos, e como instrumento para o desenvolvimento político e social, dada abrangência de propósitos a que os IFs se propõem.

A definição de cultura enunciada por um cientista da educação também pode ser simples: "um conjunto de práticas, de representações, de comportamentos, referente a um grupo humano estruturado de acordo com certas lógicas de sentido e que apresenta uma certa estabilidade" (CHARLOT, 2005, p. 134).

O termo cultura, ainda, é associado a um sistema, que serve de referência à análise da coerência de hábito cultural. Tal sistema é mutável e contém diferenças internas que precisam ser compreendidas:

cada sistema cultural está sempre em mudança. (...) Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema (LARAIA, 2009, p. 101).

Por isso é recomendável tomar como referência o contexto em que se engendram as diferenças dentro de uma mesma cultura, encarada como sistema.

Os Institutos Federais e seu Contexto

Os Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia, ou simplesmente Institutos Federais (IFs), são "instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino" (BRASIL, 2008, Lei nº 11.892/08, art. 2º). Portanto o foco principal é a educação – que o senso comum associa, quase apenas e praticamente, às atividades de ensino –, sem prejuízo, obviamente, de outras atividades – pesquisa, extensão, e, por tabela, gestão educacional, promoção cultural, desenvolvimento local e regional e outras.

Como a educação pressupõe a existência de um campo de relações sociais em um determinado espaço marcado por cultura(s), território(s) e identidades, ignorá-lo implica desprezar elementos que podem contribuir para a ressignificação das práticas pedagógicas, remodelagem das práticas espaciais e valorização dos sujeitos, possibilitando-lhes a visibilidade – de sua cultura(s), no território(s) e com sua identidade(s).

O falso dilema que por vezes tem lugar nos IFs, entre centrar o foco na formação técnica, profissional e tecnológica ou, dicotomicamente, na formação geral, básica, de ensino médio, apenas polariza visões que funcionariam melhor se integradas. Da mesma forma, os objetivos ligados à educação não precisam se dissociar daqueles da ciência e tecnologia, sob o risco de se produzirem visões nas formas de conceber compreensões distorcidas sobre o mundo do trabalho, a inter-relação entre as profissões e, dentro dos IFs, produzir a separação fictícia entre trabalho pedagógico e trabalho administrativo que atravessam o ensino, a pesquisa e a extensão.

Reconhecer um *campo de ação cultural ou o conteúdo cultural* nas ações dos Institutos Federais (IFs) é uma questão que precisa ser desenvolvida, senão por cada campus das atuais 38 reitorias distribuídas entre os Estados, pelo menos por aqueles que organizam seus cursos (Cf. BRASIL, 2016) pelos dois eixos tecnológicos representativos do papel socioeducacional e cultural dos IFs: os eixos “Desenvolvimento Educacional e Social” e “Produção Cultural e Design” (BRASIL, 2014, Parecer CNE/CEB nº 8/2014).

Sem pretender que o *tema cultura* receba a devida importância em *todos* os IFs, é inevitável considerar que, tomados em conjunto, eles apresentam grande capacidade de articulação nacional, em rede, para mobilização, intervenção social e agregação de pessoas e recursos em torno de assuntos que envolvem os estudantes e suas comunidades.

Mesmo que nas antigas “escolas técnicas” predominassem as atividades de ensino em sala de aula, laboratório e campo, com os Institutos Federais (IFs) a pesquisa e a extensão ganharam maior atenção e intensidade. A expansão dos IFs através da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) também acabou por atender a um número maior de pessoas interessadas não somente no conteúdo técnico presente no currículo dos cursos, mas na formação geral (para uns, equivalente à “cultura geral”, à base para a cidadania ou o diferencial entre vários técnicos bem capacitados), sem, no entanto, visar exclusivamente o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e os vestibulares ou em função do usufruto de precário *status* por estudar em uma instituição Federal.

Esta formação geral, todavia, possibilita a qual estudante for, adquirir uma formação sólida, mais completa, assim como desenvolver habilidades e competências que lhe darão a oportunidade de, concluindo o Ensino Médio Integrado, seguir com a Educação Tecnológica ou ingressar em cursos superiores ainda, que noutra área de conhecimento.

Isso é possível por pelos menos três fatores: o largo espectro da matriz curricular dos cursos técnicos integrados⁵; os processos seletivos de ingresso que garantem um perfil discente destacado no universo de estudantes; e a qualidade reconhecida de seus profissionais docentes e técnico-administrativos.

O Quantum Indispensável para os IFs “Mudarem”

Observa-se nos Institutos Federais (IFs) uma formação humana minimamente consistente, especialmente ao futuro técnico de nível médio, dada pelo ensino obrigatório de Artes, Filosofia, Sociologia, História e Geografia. Isso por professores altamente qualificados que, em tese, têm à sua disposição uma infraestrutura razoável para desenvolver suas atividades. Esse é um *quantum* valioso e à disposição dos IFs. Ele lhes permite alçar-se em referência para a cultura local e regional, ao passo que se somem a outras iniciativas, outros atores, entidades, movimentos, e a alguns fatores que podem passar despercebidos.

O primeiro desses fatores é sua política de cotas para ingresso, ações afirmativas e demais mecanismos ativos – podemos dizer substancialmente democráticos – que alcançam jovens estudantes oriundos de diferentes estratos sociais. São os mesmos jovens que depois acessam programas de assistência estudantil para garantir sua permanência e êxito. Outro, é a inserção dos IFs nas comunidades, a preocupação com questões sociais,

econômicas, ambientais e culturais, que representa um acréscimo à herança deixada pelos CEFETs, ETFs e EAFs⁶.

As inúmeras possibilidades de mudança qualitativa nos rumos deste tipo de instituição é visível ao contemplar novos eixos tecnológicos, verticalizar a oferta de cursos em diferentes níveis e modalidades de educação profissional e tecnológica e ampliar suas políticas de assistência estudantil, com um olhar, como se disse, à questão da permanência e êxito dos estudantes⁷.

O comprometimento com a realidade local e a intenção de desenvolver a região onde os IFs se localizam acabou por instigar o pensamento e a reflexão sobre o que mais podem fazer pela educação, economia, sociedade e *também pela cultura*. E a resposta está na criação de espaços públicos multiculturais por iniciativa de cada campus ou *on demand* dos grupos, tribos, comunidades.

Sem haver uma predeterminação de como criar, moldar ou reativar espaços públicos multiculturais, acredita-se que compreender a razão de fazê-los presente efetivamente nos IFs é fundamental. A concepção desses espaços, sua natureza e configuração dependem do contexto em que os *campi* de inserem, ou seja, da íntima relação que mantêm com seu entorno. O que significa problematizar as culturas e identidades onde elas realmente existem, dentro e fora dos IFs, elegendo o contexto de inserção dos IFs como ponto de partida para se ter espaços públicos multiculturais.

Notas de Referência

¹ Ao se falar de “escola”, incluem-se dos Institutos Federais.

² Contrato que orienta a interação para resolução de problemas, antecipando medidas de solução; ele liga os servidores aos usuários dos serviços educacionais. No caso de visar a normatização de ações, constituem-se em artefatos culturais que, conforme a temática, contêm uma pré-descrição dos indivíduos (público cotista, indígena, LGBT e outros), ou seja, como procedimentos disciplinares, nivelam por baixo “o limite da individualidade descritível e fazem dessa descrição um meio de controle e um método de dominação” (FOUCAULT, 1999, p. 159).

³ Os Institutos Federais possuem uma estrutura multicampi, pluricurriculares, sendo geridas em rede, com seus atores e sujeitos interligado por redes virtuais, participando ativamente das redes sociais, “fazendo mídia” de suas ações e buscando se internacionalizar com base em sua *Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação* (BRASIL, 2009).

⁴ A identidade legitimadora pode ser moeda de troca em projetos do *Programa [de Acesso] Permanência e Êxito [dos Estudantes]*, quando atrelam ações de permanência e êxito do estudante ao objetivo (específico) de “Instigar o sentimento de pertencimento (...) e consolidar a identidade institucional” (BRASIL, 2014, p. 6).

⁵ O Ensino Médio Integrado contempla na sua matriz curricular a formação básica e à formação técnica em uma única matrícula.

⁶ Tais siglas significam, respectivamente, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais.

⁷ Conferir, a esse respeito, o programa que serviu de referência aos Institutos Federais (BRASIL, 2014).

Referências

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)**. 3. ed. Brasília: MEC/SEPT, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41271-cnct-3-edicao-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 8 jun. 2017. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Resolução CONSUP nº 178 de 28 de novembro de 2014**. Santa Maria, RS: IFFar, 2014. Disponível em:

<http://w2.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/20141110111847610resolucao_178_2014.pdf>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Programa de acesso, permanência e êxito do Instituto Federal de Pernambuco**: uma ação planejada para o sucesso dos estudantes. Recife: IFPE, 2014. [13 slides]. Disponível em: <http://reditec.iffarroupilha.edu.br/index.php/component/k2/item/download/25_516667cea9e40d53b0f4f36ef236a7ba>. Acesso em: 19 set. 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014**. Atualiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16525-pceb008-14&category_slug=outubro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 8 jun. 2017.

_____. **Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: MEC/FORINTER, 2009. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/menu-institucional/documento/documentos-institucionais/anexos-documentos-institucionais/politica-de-relaes-internacionais-dos-institutos-federais.pdf>>. Acesso em 8 jun. 2017. Acesso em: 26 jun. 2017.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso 8 jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso 8 jun. 2017.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. Ed. Trad. Ana R. Lessa e Heloísa P. Cintrão. São Paulo: Edusp, 2008 [1989]. (Ensaio Latino-americanos)

CANEDO, D. "Cultura é o quê? Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos". In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., 2009, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2009. 14p. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CARLSON, C. **Nowtopia**: iniciativas que estão construindo o futuro hoje. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

CASTELLS, M. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 3. ed. Trad. Klaus B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2002 [1996]; v. 2 (O poder da identidade).

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. 4. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 2. ed. Trad. Sandra C. Branco. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [2000].

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola**: educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz T. da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 20 ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999 [1975].

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.A.; SILVA, T.T. da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 31-92.

HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1987 [1968].

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MOREIRA, A.B.; SILVA, T.T. da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: _____. (Orgs.) **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997). p. 7-37.

SACRISTÁN, J.G. **A educação que ainda é possível: ensaios sobre uma cultura para a educação**. Trad. Valério Campos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SILVA, T.T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.